

# A PROPÓSITO DE RECINTOS MURADOS DO 4º E 3º MILÉNIOS AC: DINÂMICA E FIXAÇÃO DO DISCURSO ARQUEOLÓGICO

por

António Carlos Valera\*

**Resumo:** Neste artigo aborda-se vários problemas relativos aos recintos Calcolíticos portugueses. Trata-se do confronto de duas designações (recintos murados *versus* povoados fortificados) e suas implicações epistemológicas. Aborda-se também as relações entre formações naturais e a arquitectura, problemas de planeamento arquitectónico e de dinâmicas de sítio. Finalmente, discute-se algumas questões e possíveis soluções relativas à apresentação pública destes sítios.

**Palavras-chave:** Calcolítico; arquitectura; planeamento.

**Abstract:** In this paper some problems regarding Portuguese calcolithic enclousures are discussed. Starting with the confrontation of two designations (walled enclousures versus fortified settlements) and its epistemological implications, relations between natural formations and human architecture, problems of architecture planning and site dynamics are addressed. Finally, some questions and possible solutions for the public presentation of these sites are also discussed.

**Key-words:** Copper Age; architecture; planning.

## INTRODUÇÃO

O texto que se apresenta aborda o tema proposto de uma forma tripartida. Numa primeira parte, e em jeito de “ponto prévio”, procura-se estabelecer uma breve referência teórica para a designação “recintos murados”, confrontando-a com a expressão “povoados fortificados”, procurando evidenciar o debate epistemológico que lhes subjaz. Seguidamente, procede-se a uma reflexão sobre algumas implicações e significados que estes tipos de sítios têm na investigação e nos discursos relativos à

---

\* Director do Departamento Técnico da Era Arqueologia S.A. E-mail: antoniovalera@era-arqueologia.pt

organização do espaço por parte das comunidades do 4º e 3º milénio AC no Ocidente Peninsular. Abordam-se, essencialmente, duas das várias problemáticas possíveis: a relação entre arquitectura e formações naturais; os problemas do planeamento e da dinâmica destes recintos. Servindo de base empírica à análise, utilizam-se quatro contextos objecto de experiências pessoais em áreas regionais distintas e com especificidades próprias: o Castro de Santiago e Fraga da Pena (Fornos de Algodres) na Beira Alta; os Perdigões (Reguengos de Monsaraz) e o Porto Torrão (Ferreira do Alentejo) no Alentejo. No final, questionam-se alguns dos problemas que se levantam à relação entre diferentes discursos da Arqueologia e os discursos da Valorização, sublinhando-se a indispensabilidade do sítio (entendido como “original”) e discutindo-se o problema da pluralidade/contextualidade dos discursos face à fixação promovida pela conservação e restauro.

### 1. “Recintos murados” versus “povoados fortificados”

A opção pela expressão “recintos murados” (em vez dos tradicionais “povoados fortificados”) poderá, numa primeira análise, ser entendida como uma intenção de substituir uma designação desadequada, porque considerada redutora, por outra mais ampla, neutra e descomprometida, que assim permitiria ultrapassar as limitações interpretativas da primeira.

Efectivamente, primeiro num quadro histórico-culturalista, no âmbito das várias facetas da teoria colonial, depois dentro dos esquemas funcionalistas (neo-evolucionistas) ou marxistas, como indicador de estádios de desenvolvimento social, económico e político semelhantes, a fortificação calcolítica foi sendo considerada como indicador e evidência dos mesmos estados e processos.

Nos últimos anos tem-se insistido na denúncia do carácter redutor de perspectivas de sentido único aplicadas aos povoados calcolíticos fortificados, tanto no que diz respeito à sua génese, como ao seu desenvolvimento, funcionalidade, significado (Jorge, 1998 e 1999; Jorge e Jorge, 2000) e, mais recentemente, abandono (Valera, 2003). A esta desarticulação adaptar-se-ia melhor a expressão “recintos murados”. Cai o substantivo “povoado”, o que significa questionar o carácter habitacional de muitos deles, e desaparece adjectivo “fortificados”, expressando uma descrença na função defensiva das estruturas de delimitação em causa. Sobretudo, sem por em causa que, a determinada escala de análise, o fenómeno se integra numa dinâmica específica da organização estrutural das sociedades peninsulares e extra peninsulares (trend estrutural), procura-se chamar à atenção para a variabilidade contextual, para as assimetrias de processos, para a pluralidade de sentidos, funcionalidades e soluções que essa dinâmica global comporta.

As palavras, conceitos/ferramentas com que concebemos e organizamos o real, impõem sentidos ao que organizam, construindo um conhecimento por representação. Mas, frequentemente, a representação é dupla: se conceptualiza uma determinada realidade, expressa também uma teoria, uma tese, uma corrente de pensamento. Ora neste sentido, a aparentemente mais descomprometida designação “recintos murados” é também uma designação bem comprometida.

De facto, ela não surge apenas para classificar uma determinada realidade a um nível reduzido de organização teórica (tipo dado arqueológico). Pelo contrário, surge num nível teórico alto, no contexto de antítese que pressupõe fortes implicações epistémicas. Povoados fortificados ou recintos murados não são apenas expressões alternativas ou designações de realidades diferentes, podem representar também, e representam, teorias e concepções de conhecimento diferentes. Assim, a todo o debate subjaz um confronto teórico e epistémico, que terá, mais tarde ou mais cedo, de subir ao palco da discussão.

Para já, e porque não é esse o objectivo desta intervenção (embora a ela esteja subjacente), apenas sublinho a presença de um velho problema: o confronto entre concepções que admitem que o real pode ser apreendido tal como é ou por aproximação, sendo esse mesmo conhecimento validável pela experiência (contrastação empírica) através de confirmação ou refutação, e uma concepção que vê o conhecimento exclusivamente como representação contingente, essencialmente hermenêutico, não validável empiricamente, porque se considera que o processo de conhecer interfere de forma irremediável, alterando o objecto conhecido, abrindo-se espaço ao “plausível não verificável”, essencialmente subjectivo. Efectivamente, diria que é num simultâneo contexto de ataque à concepção de uma Teoria Geral do Conhecimento, de contestação de alguns dos principais postulados do edifício da Ciência Moderna e da promoção de uma pluralidade e igualdade de conhecimentos, que as novas perspectivas relativamente a estes contextos arqueológicos se enraízam. A referenciação epistemológica e teórica do debate torna-se, assim, indispensável, porque é, em grande medida, a esse nível que se garante a coerência e validade dos discursos, pelo menos dos que ainda sentem necessidade de não abdicar desses requisitos.

Mas, independentemente desta insuficiência, as novas perspectivas contribuiram para um enriquecimento dos questionários com que se abordam este tipo de contextos arqueológicos, estimulando o tratamento de problemáticas não contempladas pelos discursos mais tradicionais. É neste contexto que se enquadram os dois pontos seguintes.

## 2. Arquitectura e formações naturais

Esta questão é particularmente expressiva no centro/norte do Ocidente Peninsular, e está profundamente relacionada com os mais básicos mecanismos cognitivos relacionados com a dimensão espacial da existência humana.

A organização do espaço depende de um processo de classificação, categorização e nomeação, ou seja, da criação de referências. No caso das paisagens e territórios, essa necessidade de referências espaciais tende a transformar os *elementos naturais*, que por qualquer razão se destacam ou são destacados, em *recursos simbólicos* significativos na organização espacial (“no grande carvalho fica o termo da freguesia”; “para lá do rio é terra proibida”; “no alto da fraga começa a propriedade”).

Dotados de um nome, estes sítios deixam de ser espaços e formações indiferenciadas para se transformarem em lugares, frequentemente investidos de significados, associados a histórias, tornando-se em depósitos de memória, experiência colectiva e em marcos de determinadas codificações do espaço, contribuindo para a sua organização e mapeamento mental.

Contudo, para o passado longínquo (ou nem tanto), as origens e morfologias de muitas destas entidades enquadrar-se-iam mais no mítico, no simbólico, na tradição, do que em modernas explicações de cariz científico.

Efectivamente, temos que sujeitar a controlo a projecção, em contextos pré-históricos, das actuais dicotomias entre natural e artificial, mesmo no que se refere à arquitectura. Independentemente de podermos, do ponto de vista conceptual, aplicar o termo de arquitectura às selecções de elementos naturais para satisfação dos nossos propósitos arquitectónicos, temos que levar em consideração que o reconhecimento do natural como tal não é uma evidência, mas uma contingência. Bradley alertou para esta questão, precisamente no que respeita aos Tors graníticos (Bradley, 1998). A volumetria invulgar de muitas destas formações pode contribuir para a sua não identificação como estruturas naturais e para a sua associação a esculturas ou arquitecturas reminiscentes de épocas míticas idas, de produções ancestrais ou divinas. São um pouco como “Castelos de Nuvens”, lidos relativamente aos sistemas de referência de cada um e de cada época. Lembremo-nos da bem conhecida Cabeça da Velha na Serra da Estrela, dos inúmeros penedos do “bácoro” e lendas associadas espalhados pelo país ou, num exemplo bem mais arqueológico, da classificação e escavação de formações naturais como supostos monumentos megalíticos.

Por outro lado, a transformação de algumas destas formações em lugares, não só lhe atribui um papel relevante na organização do espaço, como lhes confere uma participação activa nos processos sociais de identificação. Desde que se ultrapassaram as formulações simplistas e redutoras dos determinismos geográficos, por um lado, e

da Morfologia Social de Durkheim<sup>1</sup> por outro, que a relação se perspectiva como recursiva: se a organização social conforma o espaço (e nunca de forma linear), tanto o espaço físico indiferenciado como o espaço categorizado e organizado agem activamente sobre as comunidades e os indivíduos, nomeadamente na gestação e gestão das suas identidades. A forma como o homem se organiza no espaço, a forma como o conceptualiza e lhe faz corresponder memórias e histórias, transforma a territorialidade humana e os seus marcos em fontes activas de identidade e cultura.

Tendo em conta estes considerandos, seremos levados a concluir que *reduzir a relação arquitectural/formações naturais a uma adição de estruturas amuralhadas numa estratégia de adaptação e aproveitamento de condições naturais favoráveis, poderá reverter numa simplificação comprometedora.*

Os casos dos Castro de Santiago e Fraga da Pena em Fornos de Algodres, Guarda, serão bem ilustrativos da pluralidade e complexidade que o problema pode apresentar.

O Castro de Santiago (Valera, 1997a) corresponde à ocupação do topo de um interflúvio, aproveitando um espaço em U naturalmente definido por grandes penedos, datado do primeiro quartel do 3º milénio AC. Estes penedos e o carácter acentuado das vertentes conferem ao sítio uma boa defensibilidade natural, a que se associa um extenso controlo visual do território envolvente (Fig. 1: 1). Aí foi formado um recinto através da construção de uma espessa muralha, com entrada reforçada, e do preenchimento de alguns pequenos espaços entre os penedos (Fig. 1: 2 e 3). Estas estruturas só seriam perceptíveis, na sua imponentia e monumentalidade, de muito perto. A topografia (o seu carácter profundamente sinuoso faz com que ao nos afastarmos percamos rapidamente o contacto visual com o sítio), a existência de vários penedos à volta e o coberto vegetal arbóreo periférico afectam decisivamente a visibilidade destas estruturas a partir das suas imediações. À distância, contudo, o sítio é visível e destaca-se naturalmente na paisagem, mas o que se vislumbra é um conjunto de penedos no topo e o relevo global do interflúvio. Ao longe, é essencialmente a massa natural que se destaca.

No interior, foram identificados vários contextos eminentemente domésticos e uma sequência de ocupação dividida em duas fases, sendo que na segunda se registaria já o início da ruína de algumas estruturas de fortificação. A cultura material é quase que exclusivamente dominada por utensilagem relativa a actividades relacionadas com a subsistência, produção de utensílios e tecelagem. Apenas duas contas de colar fogem ao quadro geral. Não foram registados quaisquer objectos directamente correlacionáveis com o sagrado. Independentemente de todos os papeis (e seriam certamente vários)

---

<sup>1</sup> Na qual a organização espacial é vista como uma expressão material da organização social (cf. Silvano, 2001).

que o local poderia assumir na organização simbólica do espaço e na vivência e experimentação que as comunidades da região faziam desse mesmo espaço, este contexto parece exibir um carácter doméstico e uma funcionalidade defensiva *preponderantes*. A aceitar esta preponderância, a expressão povoado fortificado seria aqui adequada. Estaremos perante um sítio que foi uma área residencial, protegida por potentes estruturas defensivas integradas num aproveitamento arquitectónico de condições naturais específicas, constituindo-se como um recinto onde decorreram actividades da vida quotidiana: talhe de quartzo, produção e reparação de utensilagem polida, tecelagem, preparação e consumo de alimentos, etc.

Naturalmente que o todo social se reflecte nas várias actividades humanas, nas formas, nas organizações do espaço, nas arquitecturas, etc.. Numa qualquer construção ou actividade estão representados aspectos que remetem para a organização social, para formulações ideológicas e simbólicas, para a estrutura institucional e política, para concepções estéticas, para os recursos tecnológicos, para níveis estruturantes da existência humana como a identidade, a organização do espaço ou os mecanismos cognitivos de representação do mundo, etc. Todas as variáveis em que possamos compartimentar o todo social da vivência humana estão, de uma forma ou de outra, representadas nas suas produções. Daqui tem resultado uma crítica a classificações puramente funcionalistas e o sublinhar das dificuldades em distinguir entre função/símbolismo/arte nos vários fenómenos humanos, assim como na tarefa de os hierarquizar em termos da importância relativa de cada uma destas variáveis, caminhando-se para uma visão integradora, por oposição a um mundo de compartimentações e distinções. E esta visão integradora é tanto mais recomendada, quanto mais nos afastamos do mundo ocidental moderno e do seu espírito classificador e compartimentador.

Contudo, como já foi referido, a compartimentação e a classificação são procedimentos cognitivos estruturantes da forma humana de conhecer, de organizar, de se relacionar com o mundo. Dividimos o tempo contínuo em períodos; o espaço em lugares, áreas, regiões; o sistema social em subsistemas económicos, políticos, religiosos, tecnológicos, etc. É assim que funcionamos em termos cognitivos. Mas se aceitamos que, numa perspectiva integradora, todas as variáveis do sistema social estão representadas em qualquer fenómeno humano, em qualquer objecto, em qualquer construção, em qualquer contexto, como os distinguimos e organizamos? Através de uma análise que procura avaliar o peso de cada variável e definir quais as que são preponderantes, para assim classificar. Assumir um carácter essencialmente doméstico e defensivo para o Castro de Santiago representa o assumir da preponderância de determinadas variáveis a partir da avaliação do registo arqueológico proporcionado pelas leituras efectuadas durante escavações e trabalho de gabinete, mas não significa o quebrar de relações que se estabeleceriam com outras variáveis do sistema.

Já a Fraga da Pena (Valera, 1997b e 1999), localizada a uma distância de 8 Km

mais a norte na mesma vertente da ribeira da Muxagata e com uma ocupação datada do último quartel do 3<sup>o</sup> milénio, representa uma situação com outras especificidades.

O local corresponde a um Tor granítico, de características imponentes, bem destacado sobre o vale (Fig. 2: 1). A sua morfologia invulgar e a sua visibilidade conferem-lhe um elevado potencial para ser constituído como uma referência na paisagem, facto ainda hoje documentado pela sua eleição para servir de marco administrativo entre duas freguesias do concelho de Fornos de Algodres e entre este e o concelho de Trancoso.

Nas plataformas que naturalmente se formaram entre o Tor e a vertente foram edificados dois pequenos recintos, através da adição de espessas muralhas aos penedros, uma delas com bastiões (Fig. 2: 2).

Neste contexto poderemos salientar, como mais significativos, os seguintes aspectos:

- Os recintos situam-se a uma cota abaixo do topo da vertente, apresentando condições naturais de defensibilidade pouco apropriadas;
- Visibilidade das estruturas apenas se opera a curta distância;
- Inexistência de vestígios de áreas residenciais no interior dos dois recintos;
- Escassez ou ausência de determinadas categorias artefactuais frequentemente relacionáveis com actividades domésticas (mós, pesos de tear, pedra polida, utensilagem de pedra talhada);
- Representatividade significativa de artefactos de excepção (maior conjunto de recipientes campaniformes conhecido na região, elementos de adorno, ídolo antropomórfico);
- Presença de vestígios de pinturas nos penedros da Fraga;
- Presença de abundantes fragmentos de rochas, com origem em filões alterados das imediações, que terão sido utilizadas na elaboração dessas pinturas;
- Ocupação exterior onde não ocorrem elementos de excepção e estão presentes alguns artefactos (como os pesos de tear e segmentos de lâminas de sílex) correlacionáveis com actividades produtivas e que faltam no interior dos recintos.

A funcionalidade doméstica e defensiva parecem explicações insuficientes face às características evidenciadas pelo sítio. A designação *povoado fortificado* encontra aqui, efectivamente, dificuldades. A expressão utilizada para uma primeira caracterização foi: “uma ocupação de excepção de um sítio de excepção” com eventuais simbolismos prévios que teriam atraído essa mesma ocupação, sendo-lhe proposto um papel particular na gestão simbólica de territorialidades e identidades locais.

Embora a questão possa igualmente ser colocada para o caso do Castro de Santiago, as especificidades da Fraga da Pena possibilitam, de forma mais explícita e

empiricamente sustentável, evidenciar a complexidade que pode assumir a relação da arquitectura com estas formações naturais. Trata-se de um problema importante para a abordagem destes contextos arqueológicos, na medida em que, frequentemente, a análise isola diferentes tipos de estruturas e, ao fazê-lo, quebra relações significantes para a compreensão das mesmas.

A Arquitectura e, mais recentemente o design, alertam-nos para o facto de não existirem formas isoladas, pois estão sempre em relação com outras formas. As formas apreendidas pela percepção e pela racionalização mantêm entre si relações, as quais conferem continuidade ao espaço organizado. O destaque de um mesmo edifício depende do tamanho e especificidades dos edifícios envolventes, podendo num caso ser impressionante e noutro passar despercebido. Os próprios vazios mantêm relações com as formas: "... o espaço que se deixa é tão importante como o espaço que se preenche..." (Távora, 1999).

Assim sendo, a relação entre o Tor granítico da Fraga da Pena e as estruturas amuralhadas que lhe foram encostadas não resulta numa simples adição, mas num edifício onde todos os volumes, artificiais e naturais, se interligam de forma absolutamente interdependente. A volumetria relativa de cada uma está inteiramente em articulação com a outra. As muralhas são parte de um edifício, que tem de ser analisado como um todo, e do qual não podem ser desligadas. Formação natural (que na época poderia ser entendida de outra forma), estruturas amuralhadas e actividades que ali decorriam estabelecem entre si um princípio de continuidade espacial cuja compartimentação será redutora.

Mas neste caso concreto o elemento preponderante parece ser mesmo a formação natural. Ela é o verdadeiro marco. É ela, e não as estruturas adicionadas, que são visíveis à distância. Terá sido a sua configuração e os significados e simbolismos prévios, o papel activo que desempenhou na organização do espaço local, que conduziram à sua reconfiguração arquitectónica. Lembremo-nos que ela sempre foi visível a partir do vale, e, portanto, conhecida das populações calcolíticas ali referenciadas, as quais só no último quartel do 3º milénio AC optaram por a ocupar de uma forma que representou um importante investimento de organização de espaços onde a componente simbólica parece sobrepor-se à eminentemente doméstica. E é precisamente nesta conjugação que a Fraga da Pena se diferencia do Castro de Santiago, possibilitando argumentar que, nas arquitecturas do 3º milénio AC, as relações entre elementos naturais pré existentes e elementos artificiais são mais complexas e diversificadas do que à primeira vista poderão parecer, encerrando significados que poderão variar de caso para caso, mas cuja avaliação deve ser empiricamente informada.

### **3. Planeamento e dinâmica dos recintos do 4º e 3º milénios A.C.**

Mas apesar da unidade e continuidade espacial que se estabelece, sítios como a Fraga da Pena ou o Castro de Santiago criam dificuldades à abordagem de um outro problema das arquitecturas dos “recintos murados”: o do planeamento/dinâmica destes contextos. Na realidade, mesmo que se admita que, na abordagem a uma destas formações naturais, a sua configuração e as alternativas de arranjo arquitectónico que esta possibilita foram pensadas e integradas num plano inicial (o que parece lógico), esse plano e o posteriormente edificado não deixam de obedecer a evidentes condicionamentos, obrigando a níveis de adaptação e integração significativos. A título de exemplo, porque não sugerir a hipótese de que, devido à localização dos penedos, as portas poderão não ter ficado com orientações que eventuais prescrições impunham ou crenças recomendassem. Por outro lado, ambos os contextos apresentam ocupações não muito prolongadas no tempo, não sendo fácil diferenciar momentos de uma dinâmica interna.

Para tratar as questões relativas ao planeamento e dinâmica socorro-me, pois, de duas experiências recentes que tenho tido no Sul de Portugal, aproveitando para evidenciar, através de significativo contraste, a diversidade que a dinâmica global da calcólitização peninsular comporta.

O caso do povoado dos Perdígões (Lago *et. al.*, 1998; Valera *et. al.*, 2000) apresenta-se como um bom exemplo da presença de planeamento na organização arquitectónica do espaço através da construção de recintos, neste caso com estruturas negativas.

Na análise da fotografia aérea deste sítio (Fig. 3: 1) observa-se que o mesmo é composto por vários recintos de fossos, grosseiramente concêntricos relativamente a uma mancha circular central. Uns fossos, nomeadamente os exteriores, apresentam uma planta em círculo quase perfeito, enquanto outros, mais interiores, revelam traçados mais ovalados ou irregulares.

O facto de a investigação se encontrar ainda numa fase muito inicial (em função da grande dimensão deste complexo arqueológico) e centrada na área de necrópole, estes fossos encontram-se, quase que na sua totalidade, por intervencionar (apenas se sondou o fosso exterior junto à Porta B). Esta circunstância dificulta uma seriação cronológica, configurando uma situação de “palimpsesto” de estruturas negativas, o que dificulta a análise da dinâmica interna de organização do espaço ao longo da vida do povoado.

Contudo, e apesar destas limitações, algumas observações podem ser feitas relativamente a, pelo menos, um momento em que, inequivocamente, parece existir planeamento.

Se traçarmos dois eixos orientados de acordo com os quatro pontos cardeais nas zonas de diâmetro máximo dos dois fossos exteriores (Fig. 3: 2), observa-se a extraordinária regularidade circular que estas estruturas negativas apresentam (apesar dos

raios rondarem os 250m de extensão). Por outro lado, verifica-se que os eixos se cruzam precisamente sobre a mancha, também ela circular, que se localiza no centro geométrico das circunferências definidas por esses dois fossos exteriores.

Traçando mais dois eixos, agora orientados pelos pontos colaterais, e cruzando-se igualmente no ponto central do povoado, regista-se que os mesmos passam pelas duas aberturas já identificadas nos fossos exteriores, localizadas, de forma simétrica, a SE (Porta 2, Fig. 3: 2, nº 1) e a NE (Porta 1, Fig. 3: 2, nº 2).

A necrópole aparece delimitada por esses dois fossos (Fig. 3: 2, nº 3), tendo uma configuração sub circular, obtida pelo alargamento do fosso exterior, revelando que essa organização específica do espaço foi pensada e implementada em conjunto com aquelas estruturas negativas. Esta área de necrópole delimitada pelos fossos situa-se no quadrante ENE, verificando-se que uma bolsa em segmento de esfera é visível à superfície no quadrante oposto (ONO – Fig. 3: 2, nº 5) e outra na extremidade Norte (Fig. 3: 2, nº 6), áreas que estão ainda por intervencionar.

Estas regularidades, simetrias e orientações coincidentes com pontos cardiais são reveladoras de intenção e de planeamento, o qual parece evidenciar a importância das relações de continuidade significativa com espaços prévios organizados e codificados. Efectivamente, o espaço organizado constitui-se também como contexto condicionante de futuras organizações e isso parece ser particularmente evidente na implantação da necrópole calcolítica dos Perdigões, localizada na vizinhança de um recinto de menires pré-existente e na área natural de acesso para/e do vale da Ribeira do Álamo.

Se a recente investigação (realizada no âmbito da minimização do empreendimento de Alqueva) tem vindo a evidenciar ocupações que remontam aos inícios dos Holoceno e ao Neolítico Antigo na zona de ligação com o vale do Guadiana, é durante o neolítico pleno/final que a ocupação e a organização espacial humana do Vale do Álamo ganha expressão e se intensifica, tornando-se arqueologicamente mais visível para o investigador no presente, sobretudo através dos fenómenos megalíticos funerários e não funerários. Terá sido nesse contexto que, muito provavelmente, o povoado dos Perdigões nasceu (se já com fossos ou não, ainda não o sabemos). Deste modo, quando, num momento pleno do processo de calcolitização, são construídos os fossos concêntricos mais exteriores, englobando a necrópole em forma de semi-círculo, a nova organização espacial do povoado não pode deixar de ter como referência o vale, as suas terras férteis, a rede de povoamento e as pré-existências arquitectónicas e simbólicas que o estruturam enquanto paisagem. A área definida pelos fossos exteriores corresponde, não a um ponto alto, destacado na paisagem, mas a uma espécie de anfiteatro aberto para o vale. As duas portas conhecidas, com uma localização simétrica relativamente ao eixo Este que termina com a elevação de Monsaraz no horizonte, “onde” o Sol nasce, abrem-se igualmente para o vale. Sensivelmente a meio, entre as duas, localiza-se a necrópole e, imediatamente abaixo o recinto de menires.

Este diálogo com o vale, que a organização espacial e arquitectónica conhecida dos “Perdigões calcólficos” parece estabelecer, já foi sugerida noutros textos:

- face às características evidenciadas até ao momento pelos sepulcros intervenccionados (ex: deposições exclusivamente secundárias; utilizações em paralelo com a ruína dos monumentos, sem evidências de preocupações de recuperação arquitectónica dos mesmos) foi avançada a possibilidade de estes monumentos funerários servirem populações dos Perdigões, mas também dos núcleos habitacionais vizinhos e eventualmente dependentes (Valera et al, 2002);
- face às características do povoado (dimensões, longevidade, evidências de interacção com o exterior transregional, importância como centro metalúrgico, evidências do sagrado, etc.) foi defendida a ideia de que os Perdigões desempenhariam um papel de destaque, de centro nuclear e organizador, numa rede de povoamento local hierarquizada, o que justificaria também o seu carácter de pólo funerário (Valera, 2001 e Valera, *no prelo*).

A organização espacial e arquitectónica que se observa num determinado momento da vida do povoado, reveladora de planeamento e disponibilidade técnica e conceptual para a sua execução, terá que ser compreendida no contexto do processo de desenvolvimento das comunidades produtoras que povoavam todo o vale, das relações de dependência que estabeleceram entre si e com o exterior e das formulações ideológicas, sociais e políticas que desenvolveram para organizar os seus mundos.

Neste sentido, cabe ainda destacar o eventual simbolismo daquele plano arquitectónico de organização do espaço, independentemente das finalidades funcionais das estruturas negativas construídas. Refiro-me à tendência geral, no que às plantas diz respeito, para a circularidade e para uma disposição concêntrica. No caso dos fossos exteriores dos Perdigões, a delineação de circunferências é perfeita, apenas interrompida no fosso exterior para englobar, e de forma sub circular (a figura geométrica de base mantém-se), a área de necrópole. Situação semelhante ocorre em muitos outros povoados da época, nomeadamente em Marroquiés Bajos, onde as extensas áreas já intervencionadas documentam a existência de vários fossos que aparentam ser circunferências concêntricas perfeitas. Este carácter circular e concêntrico aparece também evidenciado no Monte da Ponte e no pequeno recinto de Pombal. Em Santa Vitória, uma tendência circular da planta dos fossos é mantida, apesar do carácter sinuoso, mas regular, com que estes são traçados, formando uma sequência de semicírculos, mantendo um carácter concêntrico entre os dois fossos identificados. Fugindo um pouco ao círculo perfeito, observa-se uma tendência para plantas ovaladas ou sub circulares nos recintos definidos na Pijotilla e no Torrão. Contudo, o círculo parece ser dominante e estruturante da arquitectura do período, observável quer em construções em positivo

(muralhas, bastiões, cabanas, câmaras funerárias) quer em negativo, eventualmente remetendo para referências simbólicas e ideológicas, no quadro de específicas visões do mundo (do tempo e do espaço).

Mas se em determinado momento parece evidente um planeamento na organização do espaço nos Perdígões, não podemos esquecer que estes sítios têm uma dinâmica própria que os altera ao longo da sua vida. O que nos chega são, frequentemente, palimpsestos resultantes de ocupações continuadas ou intermitentes, por vezes de difícil seriação. Nos Perdígões, e pelas razões já aduzidas, embora sejam admitidos diferentes momentos construtivos e de organização do espaço, não existem ainda evidências suficientes para permitirem a abordagem do problema das dinâmicas internas, nomeadamente no que respeita à sua evolução arquitectónica.

A recente intervenção realizada no povoado do Porto Torrão (Valera e Filipe, *no prelo*), um contexto onde as semelhanças com os Perdígões são grandes, documentou essa dinâmica interna de organização de espaços delimitados por fossos, situação já antes evidenciada para diversos sítios com arquitecturas em positivo (Zambujal, Vila Nova de São Pedro, Leceia, Monte da Tumba são alguns bons exemplos).

No Porto Torrão sabemos hoje que existem, pelo menos, dois fossos cujas plantas ainda se desconhecem. Estes fossos foram abertos e preenchidos em momentos diferentes: o Fosso 1, com 3,5 m de largura por 3 m de profundidade, foi aberto e preenchido durante o Neolítico Final; o Fosso 2, com 5,9 m de largura e 3,4 m de profundidade foi construído já numa fase plena do Calcolítico e preenchido até ao final do período (Fig. 4). Os dados obtidos documentam que, quando o Fosso 2 foi aberto, o Fosso 1 já estaria praticamente colmatado.

Os dados proporcionados pela intervenção de 2002 obrigam a pensar o povoado, não como um todo uniforme e acabado, mas como uma realidade com uma dinâmica interna que deve ser questionada e investigada.

Poderemos perguntar-nos se não terão existido momentos de abandono total ou parcial, tal como foi questionado para os sítios do Monte da Tumba e Leceia (Valera, 2003) ou demonstrado para o povoado do Porto das Carretas (Silva e Soares, 2002). As diferenças artefactuais entre os depósitos que preenchem o Fosso 1 e o Fosso 2 revelam alguns cortes abruptos (Valera e Filipe, *no prelo*; Fig. 4), situação que sugere existir uma interrupção da ocupação do local entre a sedimentação dos últimos depósitos que preenchem o Fosso 1 e a abertura e início de preenchimento do Fosso 2, pelo menos nesta área do povoado. Como recentemente sublinhei (Valera, 2003), parece haver suficientes indícios para pensar que em muitos sítios calcolíticos fortificados ocorreram processos dinâmicos de contracção, crescimento ou abandono temporário antes do abandono final. Estes povoados são um processo e é como tal que tem de ser abordados. As dinâmicas internas necessitam de ser questionadas e percebidas para se poder compreender um sítio.

Mas questionar essas dinâmicas não se resume a definir-lhe fases construtivas, ou momentos de abandono. A nível interno, as pré-existências condicionam, de múltiplas formas, as arquitecturas (enquanto formas de construção e de organização física e mental do espaço) que se lhes sucedem, as quais mantêm com as primeiras a continuidade espacial e formal de que já se falou. No Porto Torrão poderemos pensar que a construção do Fosso 2, feita numa altura em que o Fosso 1 estaria desactivado enquanto estrutura que condicionava fisicamente o acesso, não significa que os limites daquele primeiro fosso, certamente ainda perceptíveis (certos pontos do traçado até poderiam não estar totalmente preenchidos), não se mantivessem como definidores de um espaço e até como limitadores do acesso: perdido o obstáculo físico, poderia manter-se, por exemplo, um obstáculo simbólico associado aos limites ainda visíveis do fosso. O Fosso 2 define um novo espaço, no qual a pré-existência (Fosso 1) se mantém activa, conjugando-se numa nova organização espacial. O faseamento arquitectónico não resulta numa simples adição de novas estruturas a um espaço já anteriormente organizado e construído, mas numa permanente reorganização e reconceptualização desse espaço, onde as novas estruturas mantêm um diálogo com as pré-existências, reconfigurando-as, quer o sítio se mantenha permanentemente ocupado, quer passe por episódios de abandono parcelar ou total. A dinâmica de um sítio é um processo quantitativo, mas também qualitativo. Há, pois, que tentar perceber o que representa um sítio destes em cada momento, em cada fase que lhe definimos, de modo a compreender os papéis que desempenhou nas formas de ocupação de um território e das relações sociais que nele se estabelecem e que podem ter variado ao longo da sua existência. Se povoados como os Perdígões e o Porto Torrão, num determinado momento da sua vida, se afirmaram como lugares centrais, certamente não nasceram já com esse estatuto, o qual emergiu de um processo que se relaciona com o desenvolvimento de um novo sistema social e com as formas que este adoptou regionalmente. Perceber estes sítios é perceber a sua evolução, a forma como se articulam com as redes territoriais em que se inserem e com as mudanças sociais em curso, procurando definir como se repercutem na dinâmica das suas arquitecturas globais.

#### **4. Discursos de valorização e problemas de fixação**

Também relativamente às problemáticas da valorização destes contextos, mais do que descrever exemplos, será preferível focar novamente o problema da diversidade dos discursos e das suas repercussões na valorização.

A diversificação dos questionários, a variedade interpretativa, a pluralidade de discursos relativamente a estes e outros contextos arqueológicos criam-nos problemas quando chegamos ao momento da divulgação e da valorização. Se toda essa diversi-

dade pode ser mantida no discurso escrito, museológico ou virtual, se a própria evolução dos discursos pode ser assumida por esses mesmos suportes, as dificuldades surgem ao nível da valorização do sítio, nomeadamente nos aspectos que se materializam no terreno (ex. acções de restauro; percursos seleccionados; permissões e limitações de acessos; etc.), uma vez que a materialização tende a fixar o discurso.

Se a valorização de um conjunto arquitectónico, como um povoado fortificado calcólfico, tem por trás um ou mais discursos interpretativos e explicativos para esse mesmo sítio, como valorizá-lo (na expressão material no terreno que essa valorização implica) quando, por exemplo, existem perspectivas opostas, mesmo antagónicas, ou quando o sítio evidencia diferentes momentos arquitectónicos e de organização espacial que se sobrepõem e se encobrem?

Remeter esse confronto discursivo para o papel, para a tela ou para simulações virtuais seria uma solução, deixando no sítio um dos discursos possíveis, um ou mais dos momentos da sua vida ou simplesmente tapando-o. Contudo, estas soluções incorrem num outro problema: o do carácter insubstituível do espaço arquitectónico real.

Na realidade, a arquitectura é apenas uma variável de um conjunto de outras actividades e formas que interferem em qualquer organização dos espaços. Estas poderão ir das condicionantes técnicas, às ideológicas, estéticas, económicas, sociais, naturais ou artísticas. A multiplicidade de variáveis é tal, a sua presença de tal forma constante, assim com os seus níveis de interferência, que se torna difícil a sua hierarquização. Pelo que, no dizer de Fernando Távora, “A compreensão de cada forma será tanto mais perfeita quanto mais se transformar em vivência” (Távora, 1999: 22). Face à interferência de variáveis fluidas, o processo intelectual de análise é considerado insuficiente para captar a totalidade da forma, necessitando de ser complementado por um “conhecimento por vivência”: “uma forma só poderá compreender-se vivendo-a (...) e não apenas ouvindo descrições a seu respeito ou consultando suas reproduções” (*idem*: 23).

Neste sentido, o sítio torna-se indispensável e insubstituível, funcionando os discursos escritos e outros como complementos para a sua captação. Ao ler-se sobre, ao ouvir-se falar de, ao verem-se diapositivos da Fraga da Pena, podemos formar uma ideia, um conhecimento e uma impressão do sítio. Mas só quando lá vamos nos apercebemos da verdadeira carga monumental da formação natural e da relação que estabelece com a paisagem envolvente.

Não podendo o sítio ser dispensado nem substituído por representações ou reproduções, os problemas da sua valorização material mantêm-se, face à pluralidade discursiva e à sua própria dinâmica histórica. Problemas que podem ser bastante complicados de resolver, tanto mais que existem directivas internacionais de actuação, de tendência normativa, que frequentemente poderão constringer o desenvolvimento de soluções arrojadas, mas teórica e tecnicamente fundamentadas. Penso, sobretudo, que não há uma

solução, uma prescrição, que se possa universalmente aplicar como metodologia mais adequada. Cada contexto pode potenciar soluções diferentes, que terão de ser pensadas e fundamentas em cada caso concreto, face aos recursos disponíveis.

Nalguns contextos, por ventura a maioria, poderá ser assumida uma versão oficial, de autor, desde que devidamente referenciada.

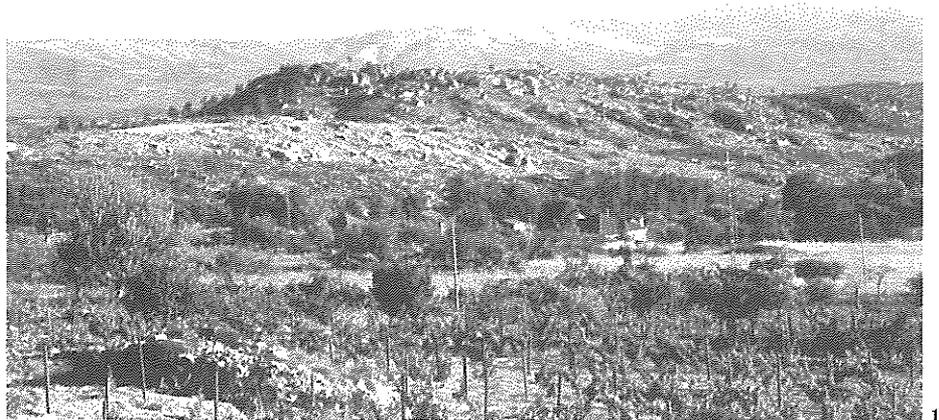
Mas um sítio como os Perdígões, apresentando grandes dimensões e com um processo de investigação que se prolongará por décadas, tem potencial para que, no seu processo de valorização, se apresente a constituição do conhecimento científico como um processo contingente, em construção, atendendo à pluralidade de enquadramentos teóricos e epistemológicos, ao seu confronto, assumindo a possibilidade de existência de vários discursos concorrentes sobre a realidade/realidades que se apresentam ao visitante. Nesta pluralidade e contingência, os discursos deverão, contudo, apresentar desígnios de verdade, ou seja assumir-se como provisórios e criativos, mas com preocupações de validação através de contrastação empírica e de coerência teórica interna, de forma a garantir honestidade e consistência intelectuais. Esses discursos, enquanto olhares de um presente sobre o passado, deverão reflectir problemáticas actuais, cuja consciencialização e reflexão deverão ser também evidenciadas.

A valorização de um sítio como os Perdígões poderá, assim, assumir um duplo carácter hermenêutico: a apresentação do sítio e do conhecimento produzido sobre as comunidades que ali viveram, acompanhado de um processo auto-reflexivo, que traga o visitante a aperceber-se das condições de produção desse conhecimento e das próprias estratégias de valorização. Todas as estruturas materiais e acções no terreno de um tal processo de valorização deverão ser, assim, pensadas em função de um conceito central: o de que estaremos perante um sítio arqueológico cujo conhecimento está em construção, portanto em mudança, num processo que ocorre no presente, em que concepções epistemológicas, teóricas e metodológicas se confrontam, dando origem a discursos diferentes sobre o sítio ou partes do sítio. Não se oferece ao visitante um sítio e uma interpretação oficial e “verdadeira”, mas um processo interpretativo, com as suas negociações e confrontos, com os necessários estádios de cristalização provisória de preposições interpretativas e explicativas concorrentes. É o que poderemos designar por uma valorização dinâmica, que acompanha o processo criativo científico e as trajectórias do presente, através das quais inevitavelmente abordamos o passado.

Inevitavelmente também, os recursos financeiros necessários para um tal projecto são de outra ordem, obrigando a pensar a valorização do património arqueológico como uma interface de um sistema mais vasto, com outras componentes de oferta, com outras variáveis do planeamento e ordenamento do território, o que, naturalmente, faz todo o sentido.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRADLEY, RICHARD (1998). "Ruined buildings, ruined stones: enclosures, tombs and natural places in the Neolithic of south-west England", *World Archaeology*, Vol. 30 (1), Routledge, p. 13-22.
- JORGE, SUSANA OLIVEIRA (1998). "Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação", Actas do colóquio A Pré-História na Beira Interior, *Estudos Pré-Históricos*, 6, Viseu, p. 279-293.
- JORGE, SUSANA OLIVEIRA (1999). *Domesticar a terra*, Lisboa, Gradiva.
- JORGE, V.O. & JORGE, S.O. (2000). "A 'monumentalização' das paisagens durante a pré-história: alguns contributos para um debate", *ERA Arqueologia*, 1, Colibri/ERA Arqueologia S.A., Lisboa, p. 100-111.
- LAGO, M.; DUARTE, C.; VALERA, A.; ALBERGARIA, J.; ALMEIDA, F. & CARVALHO, A. (1998). Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 1 nº 1, Lisboa, pp. 45-152.
- SILVA, C.T. & SOARES, J. (2002). "Porto das Carretas. Um povoado fortificado do vale do Guadiana", *Almadan*, 2ª Série, 11, p. 176-180.
- SILVANO, FILOMENA (2001). *Antropologia do Espaço. Uma introdução*, 2ª Ed., Oeiras, Celta Editora.
- TÁVORA, FERNANDO (1999). *Da organização do Espaço*, 4ª Ed. (1ª Ed. 1962), Porto, FAUP.
- VALERA, ANTÓNIO CARLOS (1997a) *O Castro de Santiago (Fornos de Algodres, Guarda). Aspectos da calcolitização da bacia do alto Mondego*, Textos Monográficos 1, Lisboa, Câmara Municipal de Fornos de Algodres.
- VALERA, ANTÓNIO CARLOS (1997b). "Fraga da Pena (Sobral Pichorro, Fornos de Algodres): uma primeira caracterização no contexto da rede local de povoamento", *Estudos Pré-Históricos*, V, p. 55-84.
- VALERA, ANTÓNIO VALERA (1999) "The re-creation of territorialities and identities in the III millennium BC: research problems in Central Portugal", *Journal of Iberian Archaeology*, Vol. 1, Porto ADECAP, p. 109-115.
- VALERA, ANTÓNIO CARLOS (2003). "O abandono de povoados fortificados calcolíticos no Ocidente Peninsular", *ERA Arqueologia*, 5, Lisboa, Colibri/ERA Arqueologia S.A., p.
- VALERA, ANTÓNIO CARLOS & FILIPE, IOLA (no prelo), "O povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): novos dados e novas problemáticas no contexto da calcolitização do Sudoeste peninsular", *Era Arqueologia*, 6, Lisboa, ERA Arqueologia/Colibri, p.
- VALERA, A.C., LAGO, M., DUARTE, C. & EVANGELISTA, L.S. (2000). "Ambientes funerários no complexo arqueológico dos Perdigões: uma análise preliminar no contexto das práticas funerárias calcolíticas no Alentejo", *ERA Arqueologia*, 2, Lisboa, ERA/Colibri, p. 84-105.



1



2



3

**Fig. 1** – 1. Vista do relevo onde se implanta o Castro de Santiago, sendo visível o aglomerado natural de penedos aproveitado para construir o recinto; 2. Pormenor da entrada em cotovelo através da muralha; 3. Vista geral da muralha.



1

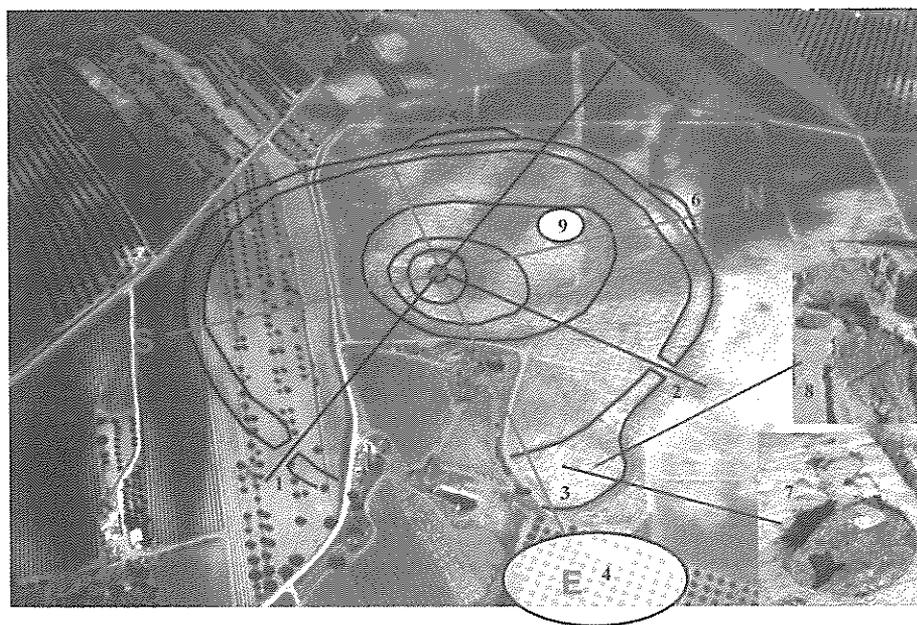


2

Fig. 2 – 1. Vista do tor granítico da Fraga da Pena a partir do vale; 2. Vista dos recintos anexados aos penedos e definidos por espessas muralhas (a interior com bastiões).



1



2

**Fig. 3** – 1. Vista aérea do povoado dos Perdigões; 2. Referenciação dos fossos, de áreas específicas e de eixos de orientação sobre a fotografia aérea: nº 1 – Porta 2; nº 2 – Porta 1; nº 3 – área da necrópole; nº 4 – área do recinto de menires; nº 5 – área em segmento de círculo definida por fossos a ONO; nº 6 – área em segmento de círculo definida por fossos a Norte; nº 7 – Sepulcro 1; nº 8 – Sepulcro 2; nº 9 – área de grande concentração de evidências de metalurgia.

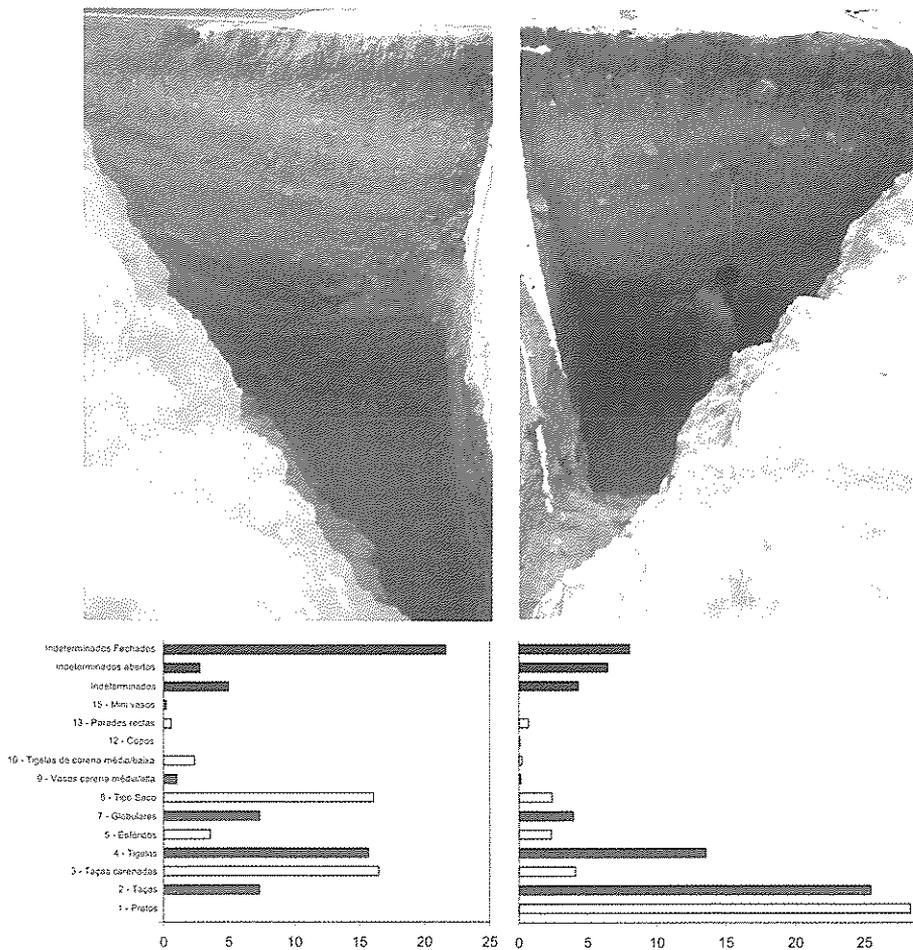


Fig. 4 – Fossos 1 e 2 identificados no povoado do Porto Torrão e relação estatística da componente artefactual cerâmica dos depósitos que os preenchem.